

-----**ACTA N.º 206**-----

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1 – Prestação de Contas de 2009 -----

2 – Inventário e Cadastro/2009 -----

3 – Transferência de Competências – Limpeza de Valetas -----

4 – Parcela de terreno – Desafecção do domínio público – Sólido -----

5 – Outros assuntos: -----

5.1 – Voto de Solidariedade -----

5.2 – Empréstimo - Autorização -----

5.3 – Isenção de IMT -----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----

1) Albino Tavares de Pinho -----

2) Alexandre Paulo Tavares Machado -----

3) Álvaro de Pinho Duarte -----

4) Ana Raquel Machado e Costa -----

5) António da Silva Portela -----

6) Belmiro Manuel Marques -----

7) Carlos Alexandre Arede da Silva -----

8) Cipriano de Arede Nogueira -----

9) Cláudia Maria Rodrigues da Silva -----

10) Claudino da Fonseca Soares -----

11) David Dias Cabral -----

12) David da Silva Alves -----

13) Fernando da Silva Oliveira -----

14) Haroldo Soares da Silva Balaia -----

15) Isabel Maria Soares dos Santos -----

16) Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----

17) João Pereira Henriques -----

18) José Carlos Ribeiro de Sousa -----

19) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----

20) Júlio Martins Fernandes -----

21) Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----

22) Mário Coutinho Martins -----

23) Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----

24) Rui Manuel Jesus Nunes -----

25) Rui Manuel Pires da Silva -----

26) Sandra Henriques da Silva -----

27) Alexandre Fernandes Tavares -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Renata Liliana da Costa

Marques, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, Acácio Rodrigues Barbosa, João Miguel Tavares de Almeida e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores. -----

----- Faltaram à sessão os membros: Ercília Maria Marques Pedro, José Luís da Silva e Almeida e Marco Nuno Tavares Rocha. O membro José Luís da Silva e Almeida apresentou justificação por escrito tendo a mesa justificado a respectiva falta. -----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro assunto da ordem de trabalhos. -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----

----- O **Presidente da Câmara** prestou uma explicação sucinta das matérias mais importantes da informação escrita. -----

----- Após a apresentação, o presidente da assembleia municipal perguntou aos membros presentes se desejavam tecer algumas considerações ou apresentar pedidos de esclarecimento sobre a informação escrita do presidente da câmara. -----

----- Atendendo ao facto de não ter sido colocada qualquer questão, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

-----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----

----- **2.1 – Correspondência** – O presidente da assembleia municipal procedeu à leitura da correspondência recebida: -----

----- 2.1.1 – ANMP - Circular n.º 43/2010, de 25/03/2010, sobre "Intempéries na Madeira, apoio ao Município do Funchal", onde é solicitado apoio financeiro ou através da oferta de materiais; -----

----- 2.1.2 – ANMP - Circular n.º 50/2010, de 05/04/2010, sobre "Intempéries na Madeira, apoio aos Municípios", na qual são pedidas formas de ajuda e apoio aos municípios afectados. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.2 – Intervenções.** -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos começou por intervir o membro **David Dias Cabral**, que congratulou os investimentos previstos para o ensino, por considerar que um concelho ou um país sem formação não se podia desenvolver como devia. -----

Sobre o mesmo tema, desejou que as intervenções previstas para a Escola Secundária e Escola Básica, bem como, para o Parque Escolar de Sever do Vouga, fossem realizadas brevemente, pela necessidade que existe em melhorar a capacidade e qualidade das instalações para as crianças. -----

Também disse que, pena era, relativamente aos jovens, que deixam o ensino secundário e não haja escolas de formação, para a qualificação daqueles que pretendem entrar no mundo de trabalho. Considerando que requalificar não era ensinar-lhes uma profissão, era também, prepará-los de modo a serem responsáveis nas suas actividades profissionais, porque às empresas interessam trabalhadores que sejam muito bons nas suas artes e responsáveis. -----

Por outro lado e para desenvolvimento do concelho, disse que há uma necessidade absoluta de melhorar a ligação de Sever do Vouga à A25. Era evidente que está prevista a ligação dos Enviendes - Sever do Vouga a Carvoeiro. Mas, atendendo à conjuntura económica do país, não se sabe quando vai acontecer. Sugeriu que, junto do EP - Estradas de Portugal, fosse sugerida a construção de troços na 328, entre Sever do Vouga a Talhadas, com três faixas de rodagem, de modo facilitar a circulação de viaturas ligeiras, pesadas e descongestionamento do trânsito. -----

Quanto ao desemprego no concelho, disse que este estava numa posição boa em relação a outros concelhos. Contudo, esse problema começou a existir também neste município, havendo a necessidade de serem criadas condições para os nossos empresários que ainda resistem e para os novos que possam aparecer, através da construção de uma zona industrial junto ao nó de Talhadas, aproveitando a localização junto à A25, com uma rápida ligação aos caminhos de ferro, porto naval de Aveiro e, cada vez com mais importância, se avançar a construção do TGV. -----

Por último, falou sobre equipamentos para idosos, dizendo que faltavam instalações em quase todas as freguesias, acrescentando que o lar construído em Talhadas deveria ter sido colocado algures entre Paradela e Talhadas, para servir as três freguesias do lado de lá do rio, permitindo aumentar o grau de ocupação desse equipamento e porque deveria ser construído num espaço rural, onde as pessoas tivessem muitos espaços verdes, inclusivamente, para proporcionar-lhes uma actividade ou ocupação nos tempos livres, quer na silvicultura, quer na horticultura, quer na jardinagem, em pequenos espaços, para não se sentirem enclausurados. ----

Seguidamente, no uso da palavra, o **Presidente da Câmara Municipal**, sobre a intervenção do membro David Dias Cabral, referiu que, em relação à intervenção prevista para as duas escolas, tinha-se conseguido uma solução interessante para ser resolvida a situação apontada, sem que a autarquia tivesse de despende qualquer valor. Quanto ao Parque Escolar, informou que a autarquia decidiu avançar com a construção de centros escolares, de acordo com a preferência e calendarização prevista na Carta Educativa, aprovada superiormente. -----

Quanto aos jovens que saem do secundário, disse ser, na verdade, um drama constatado. Contudo, a taxa de abandono escolar em Sever do Vouga não é alta, quando comparada com a taxa de outros municípios. Mas, para resolver a situação indicada, sobre a qualificação de jovens, há o projecto da Vougapark, exactamente para a requalificação de pessoas. Esperando que seja um projecto mobilizador nessa área, cujas expectativas e empenho das empresas pode proporcionar o alcance desse objectivo. -----

Em relação à sugestão para ser criada uma grande parque empresarial em Talhadas, próximo da A25, disse terem já analisado e estudado várias hipóteses, sem terem conseguido uma localização que permita a sua instalação. Assim, apelou para que fosse indicado um espaço, sem grandes declives e não incluído em reserva ecológica, que pudesse acolher tal infra-estrutura. Além do mais, porque ainda poderia ser incluída a sugestão na revisão do PDM, para alteração de uso do solo. -- Sobre a ligação à A25, disse que está programada a ligação da Zona Industrial dos Padrões à A25, tendo sido concluído o estudo prévio, que está na fase de consulta pública e está a ser executado o estudo de impacto ambiental, para o qual todos serão convidados a participar. Mas, sobre a sugestão de serem criadas terceiras faixas de rodagem na EN328, disse duvidar que fosse possível e ao serem executadas, deixariam de parte o actual projecto de investimento do IC 35. -----

Por último, sobre a acção social, referiu que a autarquia têm apoiado esta área, como poderiam verificar na informação exarada nos documentos da prestação de contas. Em relação aos investimentos, o município têm decidido apoiar a componente não financiada das candidaturas apresentadas pelas IPSS. As quais é que decidem sobre a localização dos equipamentos. Nesse contexto, disse que a localização do Centro de Dia de Talhadas foi uma opção tomada pela Santa Casa da Misericórdia para cobrir as três freguesias - Talhadas, Paradela e Cedrim. Aproveitou para informar que, em relação a equipamentos sociais, o município detém uma boa taxa de cobertura. Mas, os idosos aceitam a sua inscrição nos centros, apenas para conviver e estarem ocupados durante o dia, desejando regressar todas as noites, para dormir nas suas casas. -----

Seguidamente foi dada a palavra a **Álvaro de Pinho Duarte** que, começou por cumprimentar e saudar a assembleia, dizendo que a sua intervenção, 36 anos depois do 25 de Abril de 1974, serviria para manifestar todo o seu desalento pela situação a que chegou este país e, em particular, este concelho de Sever do Vouga, dando o seu contributo para elencar as preocupações e anseios da população deste concelho. Fê-lo através de metáforas e várias questões, como consta do documento que foi entregue e arquivado junto dos demais documentos desta sessão, considerado aqui como transcrito. -----

As questões e situações apontadas prenderam-se, ao nível do concelho, com: as dificuldades em conseguir-se uma audiência para apresentação e esclarecimento de dúvidas sobre processos de licenciamento, onde é necessário o agendamento prévio para poder ser recebido o munícipe pelo técnico do serviço; o tempo dispendido e a deslocação obrigatória para o Hospital de Águeda para sermos assistidos, quando sofremos um acidente; o transporte de crianças em autocarros com mais de 20 anos, e recolhidas num abrigo com más condições, quando foi construída uma Central de Camionagem, já sujeita a actos de vandalismo por não estar a funcionar; o motivo de alguns alunos terem deixado de poder beneficiar da bolsa de estudo, quando foi proferido despacho emitido pelo Secretário de Estado Adjunto da Educação, com o n.º 20956/08, a dizer que se mantinha o direito ao SASE, neste ano lectivo, para os agregados familiares cuja situação económica não fosse mais favorável que a do ano anterior; a falta de uma rede de transportes públicos, designadamente com ligação à capital do distrito; a falta de algumas instalações no concelho e na autarquia, nomeadamente, o mercado municipal, oficinas, armazém e parque de viaturas; a necessidade de redução das despesas da autarquia, através do controlo de custos, gestão de investimentos, rentabilização dos meios humanos e diminuição dos encargos nos eventos, face à conjuntura económica do país e a necessidade de não aumentar o endividamento da autarquia; o actual mapa judiciário, que obriga os cidadãos do concelho a deslocarem-se para Aveiro, Águeda, Anadia e outros municípios onde correm processos judiciais nos Tribunais da Comarca do Baixo Vouga; o novo modelo de protocolo sobre "limpeza de valetas" com uma comparticipação de 0,55€ por cada metro linear de limpeza executada; o Centro Escolar de Couto de Esteves, com terreno desmatado e demarcação efectuada com estacas, mas cujas obras tardam a serem iniciadas. Foi o conjunto de situações e questões apresentadas, a nível concelhio, pelo membro **Álvaro Duarte**. -----

Mas, ao nível dos problemas e conjuntura nacional, apresentou: a dificuldade de obtenção de crédito por parte das pequenas e médias empresas, e quando aprovado, com juros muito elevados, sabendo-se que as instituições de crédito apresentam resultados positivos elevados e o Estado subsidia as grandes empresas; a

indisciplina nas escolas, onde os professores não têm autoridade ou meios de castigar os alunos indisciplinados e não reprovam por faltarem muitas vezes às aulas; a imposição de Bruxelas para os países da comunidade financiarem a Grécia, onde a economia está no estado conhecido devido aos erros e devaneios dos seus governantes; o preço elevado dos combustíveis, quando a Galp apresentou um resultado líquido de trezentos milhões de euros, no último trimestre, e o presidente da empresa auferiu cem mil euros por mês; a comparação entre o salário de um trabalhador, que trabalha durante muitas horas, para receber quinhentos e cinquenta euros, quando um vizinho recebe mais através do "rendimento mínimo de inserção", sem nada fazer; a comparação das tarifas praticadas pela PT com as das operadoras europeias, sendo as da empresa nacional muitas superiores às congéneres da Europa; o congelamento dos vencimentos dos funcionários públicos, comparado com as notícias de reformas e prémios avultados pagos a gestores públicos; a detenção de um infractor e o tratamento de impunidade dado pela justiça; a falta de meios para as corporações de bombeiros voluntários prestarem auxílio no combate de incêndios, assistência de sinistrados e transporte de doentes; a nomeação de assessores em empresas públicas, sem experiência ou currículo adequado, auferindo ordenados avultados; os gastos e benefícios de determinados quadros superiores de organismos públicos, designadamente através da compra de viaturas que custam cerca de trinta e cinco mil euros. Foram estes os temas e preocupações apontadas pelo membro Álvaro Duarte, sobre aspectos que não estão bem, a nível nacional, nas opções políticas adoptadas. -----

Assim, considerou que, a comemorar mais um ano passado, sobre o 25 de Abril de 1974, mal estava este concelho e este país, devido aos erros na descolonização, no fraco desenvolvimento do país e à pouca democracia que existe. -----

Mais disse que, o 25 de Abril de 1974, para os jovens e para todos os que lutaram contra o antigo regime, veio trazer os valores da liberdade, da democracia, da igualdade, da fraternidade e dos direitos humanos, cujos valores são imprescindíveis numa sociedade moderna e saudável, que devem estar sempre presentes na mente dos decisores políticos. Por isso exige-se a todos que seja colocado o interesse público num patamar superior ao dos interesses particulares. Considerou que, Portugal para além da grave crise económica e financeira, vive também uma crise de valores, notando-se que os portugueses deixaram de acreditar no sistema de justiça, onde os professores não são respeitados, onde existem pessoas que querem trabalhar, mas a sociedade não lhes dá uma oportunidade, cuja preocupação também é alargada aos jovens licenciados. Todos, aumentando o número de desempregados e pessoas com poucas esperanças em conseguirem trabalho. -----

Mas, em vez de liberdade, respeito, educação e disciplina, pelos motivos invocados, constatamos o aumento da dívida pública, do défice e do desemprego. --

Mesmo assim, porque valeu a pena, afirmou: "25 de Abril, sempre". -----

Para finalizar, citou um poema de Guerra Junqueiro, extraído do livro "Pátria", editado em 1915, abordando a situação da sociedade portuguesa nessa altura, baseada numa nação adormecida, num mau exemplo da classe alta e na miséria em que vivia a população. Mas, cujo texto se mantém actual. -----

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este comentou algumas das situações apontadas pelo membro Álvaro de Pinho Duarte, nomeadamente quanto às matérias relacionadas com a autarquia. -----

Assim, sobre o funcionamento dos serviços de urbanismo, referiu que já foram adoptados procedimentos atinentes à desburocratização. Contudo, o regime jurídico

do urbanismo impede que algo mais possa ser feito e dada a diversidade de normas obrigam à adopção de acções não compreendidas pelos munícipes. -----

Sobre os transportes escolares, concordou com os problemas apontados. Isso porque já tinham constatado o mesmo e pedido uma audiência no IMTT para analisar um conjunto de problemas, nomeadamente, sobre a antiguidade dos autocarros e encerramento do serviço de transportes públicos no verão. -----

Quanto à atribuição de bolsas de estudo, disse que tinham de respeitar as regras e critérios definidos e aprovadas no regulamento, não estando sujeita à norma do mencionado despacho. -----

Quando se diz que temos de reduzir nas despesas com a semana gastronómica, disse que, embora a autarquia tenha participado, a organização esteve a cargo da Confraria Gastronómica. Mais referiu que o evento traz muitas pessoas ao concelho, como foi transmitido pelos proprietários de alguns estabelecimentos de restauração, tornando-se num evento com resultados positivos para o concelho. ----

Em relação ao armazém, disse que estava a ser efectuada a negociação de um prédio próximo da vila, para resolver essa situação. -----

Sobre a limpeza de valetas, disse que a medição é efectuada pelo vereador do pelouro, juntamente com o presidente da junta de freguesia, e não por um funcionário. -----

Relativamente ao Centro Escolar de Couto de Esteves disse que o arquitecto que desenhou o projecto sugeriu a alteração da implantação, para enquadrar esse equipamento com o polidesportivo e a sede da Associação de Couto de Esteves. Mas, presume-se que a empreitada vá avançar brevemente. -----

Por último, disse ter respondido às principais situações abordadas pelo membro Álvaro de Pinho Duarte, disponibilizando-se para esclarecer alguma situação que o membro considere pertinente e não fora respondida. Quanto às demais, disse que não comentava, porque diziam respeito a decisões políticas de índole nacional. ----

Seguidamente foi dada a palavra a **Rui Manuel Pires da Silva**, que começou por perguntar de quem era a competência pela limpeza dos espaços nas zonas industriais. Isso porque foram limpos espaços na zona industrial de Cedrim, em finais ou início deste ano. Mas, deixados ramos e mato nos passeios, sem que fossem removidos até esta altura. -----

Continuando, alertou para a dificuldade de acesso ao campo de futebol do Pessegueirense que, certamente, condiciona e impede a rápida deslocação de uma viatura para assistência, em caso de acidente no recinto desportivo. -----

Sobre o trânsito na vila, lamentou que os veículos pesados não utilizem a variante e transitem no centro da vila, alguns com cargas de pedra e terra, especialmente nas horas de ponta, prejudicando a chegada atempada dos trabalhadores aos seus postos de trabalho e condicionando o regresso a casa, no final do dia de trabalho. Assim, por haver vias alternativas, sugeriu que fosse proibida a circulação de veículos pesados no centro da vila, com excepção de cargas e descargas. -----

Por último, disse que o seu colega de bancada apresentou situações relacionadas com o 25 de Abril. Contudo, não podia deixar de lembrar aquilo que considerava um ataque à democracia. Continuando, referiu que no dia 24 de Abril, houve três autarcas que, em Carrzedo, sofreram actos de vandalismo nos seus carros, cuja atitude deve ser repudiada. Assim, propôs um voto de solidariedade para com os autarcas que sofreram danos patrimoniais no desempenho das suas funções como autarcas, quando velavam pelos interesses da freguesia, independentemente do grupo partidário a que pertencem. -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que a proposta apresentada fosse transformada num "Voto de Solidariedade", para ser apreciado em "outros assuntos". -----

Depois, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas ou prestar algum esclarecimento sobre a intervenção anterior. -- Aproveitando a oportunidade dada, o **Presidente da Câmara Municipal** disse que: Em relação às limpezas na Zona Industrial de Cedrim, as mesmas irão fazer parte do protocolo, em processo de renovação, com a Junta de Freguesia, passando o subsídio a ser pago de acordo com o trabalho efectuado. Admitindo que não tenha sido removido o mato cortado, solicitou à vereadora que tomasse nota para ordenar a sua remoção. -----

Sobre o estádio da Portela, disse que a GNR deveria impedir o estacionamento indevido de viaturas no acesso ao campo, para passarem as viaturas de protecção civil, no caso de qualquer ocorrência que possa acontecer durante o jogo. -----

Com respeito ao trânsito de pesados no centro da vila, disse que será resolvido com a construção do acesso à A25. No entanto, disse que podiam colocar os sinais de proibição à circulação de pesados, caso entendessem ser necessário e uma solução para esse problema. Portanto, ficava a aguardar por essa sugestão. -----

Por último, sobre os acontecimentos de Carrazedo, manifestou a sua completa solidariedade para com os autarcas lesados por actos inqualificáveis e lamentáveis.

Posto isto, passou-se ao período da "*Ordem do Dia*". -----

----- 1 - Ordem do Dia -----

1 – Prestação de Contas/2009 – O presidente da câmara iniciou por efectuar uma breve apresentação dos principais dados exarados nos documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2009, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais. -----

Seguidamente, foi aberto um período de discussão onde se inscreveu o membro Álvaro de Pinho Duarte, apenas para dizer que o grupo do PSD iria optar pela abstenção, porque as contas agora apresentadas reflectiam muitas decisões tomadas no mandato anterior. Aproveitando, pediu um maior rigor nas decisões a tomar, para uma redução das despesas reflectidas nos documentos da Prestação de Contas do exercício de 2009. -----

Após a única intervenção, para cumprimento do estabelecido na alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais, o presidente da assembleia municipal colocou à votação os documentos da prestação de contas de 2009, tendo-se verificando o seguinte resultado: -----

Dezasseis votos a favor - de Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Raquel Machado e Costa, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaías, Joana Patrícia da Silva Rodrigues, João Pereira Henriques, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes e Rui Manuel Jesus Nunes. -----

Seis abstenções - de Álvaro de Pinho Duarte, Cipriano de Arede Nogueira, Cláudia Maria Rodrigues da Silva, David Dias Cabral, Isabel Maria Soares dos Santos, José Carlos Ribeiro de Sousa, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Mário Coutinho Martins, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Rui Manuel Pires da Silva e Sandra Henriques da Silva. -----

Por último, por unanimidade, foi aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido positivo do exercício de 2009. -----

Votaram a favor os vinte e sete membros presentes. -----

2 - Inventário e Cadastro/2009 – Seguidamente, foi apreciado o inventário e cadastro com referência a 31/12/2009, conforme determina a alínea c), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

3 - Transferência de competências - Limpeza de valetas - Renovação – Na sequência da proposta apresentada pelo órgão executivo, aprovada na reunião de 14 de Abril último, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, renovar a autorização dada à Câmara Municipal para delegar competências nas Juntas de Freguesia, designadamente sobre a limpeza de valetas. -----

Esta deliberação foi tomada com base na competência conferida ao órgão deliberativo, através da alínea s) do n.º 2 do art.º 53º da Lei das Autarquias Locais.

Votaram a favor os vinte e sete membros presentes. -----

4 – Parcela de terreno - Desafecção do domínio público - Sóligo - No uso da competência conferida através da alínea b), do n.º 4, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais, decidiu este órgão deliberativo, por unanimidade, autorizar a desafecção do domínio público a parcela de terreno com a área de 140 metros quadrados, situada no Salgueiral, lugar de Sóligo, da freguesia de Pessegueiro do Vouga, conforme proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião do passado dia 13 de Janeiro. -----

Votaram a favor os vinte e sete membros presentes. -----

5 – Outros assuntos – Por unanimidade, foi aceite a apreciação dos seguintes pontos, que foram acrescentados à "Ordem do Dia" neste ponto. -----

5.1 – Voto de Solidariedade – Como fora proposto nesta sessão, decidiram os membros da Assembleia Municipal, por unanimidade, manifestar um voto de solidariedade para com os autarcas da Assembleia de Freguesia de Cedrim que foram vítimas de actos de vandalismo. -----

Antes de ser colocada a proposta à votação, **Cláudia Maria Rodrigues da Silva**, solicitou a palavra para dizer que tinha tomado conhecimento desses factos na Segunda-feira, através da comunicação social e queria dizer que repudiava tais actos, os quais foram uma surpresa para as pessoas de Cedrim. Aproveitou para dizer que lhe engrandecia a celebração e realização das sessões da Assembleia de Freguesia, tanto em Carrzedo, como em Cedrim, podendo ter sido uma óptima oportunidade de viver a democracia. Mas, não extensível à forma como aquela sessão foi dada como aberta e encerrada, tendo a mesa faltado à palavra e à liberdade de expressão. Também, considerou que a democracia é para ser vivida todos os dias. Por último, sublinhou o seu voto de solidariedade pessoal para com os autarcas que sofreram danos patrimoniais, na sequência de acções irreflectidas. -

Votaram a favor os vinte e sete membros presentes. -----

5.2 – Empréstimo - Autorização – Como fora proposto nesta sessão, decidiram os membros da Assembleia Municipal aprovar ou autorizar a câmara municipal a contratar empréstimos, atento o disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53º da Lei das Autarquias, também deve este órgão pronunciar-se de igual modo quanto a qualquer alteração na condições dos empréstimos aprovados e contratualizados. ---- Assim, por proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião do passado dia 28 de Abril, foi solicitada autorização para alteração da utilização do empréstimo de 790.319€, contratado com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, em tempos. -----

Nesses termos, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, conceder autorização à Câmara Municipal para efectuar a alteração da utilização das verbas desse empréstimo, com vista a serem utilizadas nos projectos indicados no documento submetido à apreciação do órgão deliberativo, e que vai ser arquivado juntamente com os demais documentos desta sessão. -----

Votaram a favor os vinte e sete membros presentes. -----

5.3 – Isenção de IMT – Para efeitos do previsto no n.º 5 do art.º 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, autorizar a isenção de IMT – Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis, a Carla Susana Amorim Teixeira e Gil Manuel Marques Costa, a viver em regime de união de facto, com os NIF 174040288 e 174040270, e os Bilhetes de Identidade 11034017 e o Cartão de Cidadão n.º 10834810 5ZZ3, respectivamente, para a compra da moradia unifamiliar, pelo valor de 150.000€, da fracção com a seguinte descrição: -----

- Moradia destinada a habitação, com cave, rés-do-chão e primeiro andar, situada no lugar da Feira Nova, freguesia de Pessegueiro do Vouga, concelho de Sever do Vouga, a que corresponde a letra “C” de um prédio a constituir em regime de propriedade horizontal, actualmente inscrito na matriz predial urbana respectiva sob o artigo 1471 e cuja construção está a ser efectuada ao abrigo da licença de construção com o Alvará de obras n.º 14/09, emitido por esta autarquia em 26/02/2009. -----

Votaram a favor os vinte e sete membros presentes. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----
